



**“Histórias do Trabalho no Sul Global”**

**“Historias del Trabajo en el Sur Global”**

**“Labour Histories from the Global South”**

**I Seminário Internacional de História do Trabalho**

**V Jornada Nacional de História do Trabalho**

**Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis**

**25-28 de Outubro de 2010**

---

**Redes de Sociabilidade e Política:  
mestres de obras e associativismo no Recife  
Oitocentista<sup>1</sup>**

Marcelo Mac Cord<sup>2</sup>

Outorgada em 1824, a Constituição brasileira determinou que as corporações de ofício fossem extintas. Oficialmente, os mestres artesãos que estavam organizados em irmandades embandeiradas perderam o privilégio de monopolizar o ensino de suas artes e controlar seus respectivos mercados<sup>3</sup>. Princípios liberais e experiências européias orientaram esta política, que, entre outros objetivos, pretendia substituir os costumeiros métodos do ensino artesanal por processos escolarizantes de instrução das artes

---

<sup>1</sup> O texto aqui apresentado é uma síntese das problemáticas enfrentadas em minha tese de doutorado. Marcelo Mac Cord, *Andaimes, Casacas, Tijolos e Livros: uma associação de artífices no Recife, 1836-1880*, Campinas, Unicamp, 2009, tese de doutorado em História.

<sup>2</sup> Pesquisador Visitante e Pós-Doutorando CECULT-IFCH-UNICAMP, Bolsista FAPESP.

<sup>3</sup> Mônica de Souza N. Martins, *Entre a Cruz e o Capital: as corporações de ofício no Rio de Janeiro após a chegada da Família Real, 1808-1824*, Rio de Janeiro, Garamond, 2008, pp. 112 e seguintes.

mecânicas. Adam Smith foi um dos mentores deste pensamento, pois entendia que o privilégio dos peritos era um entrave ao desenvolvimento sócio-econômico do capital e do trabalho. Para o britânico, os demorados processos de aprendizagem das oficinas e o monopólio do conhecimento artesanal deveriam ser anulados. Em seu lugar, a sociedade deveria instituir uma instrução mais geral e circunscrita às exigências da labuta diária. Ler, escrever, contar e conhecer alguns princípios da geometria e da mecânica era a educação suficiente para os operários<sup>4</sup>.

Na medida em que a Constituição de 1824 pretendeu publicizar e, de certa forma, democratizar os bem guardados mistérios artesanais, setores das elites letradas e proprietárias pernambucanas pensaram em maneiras de “proletarizar” a mão-de-obra dos antigos mestres<sup>5</sup>. Entretanto, na Província do Norte, diferentemente do que ocorria em algumas partes do “Velho Mundo”, o cercamento do tirocínio artesanal não foi apoiado por uma política escolar efetiva, que pudesse enfraquecer os tradicionais processos de aprendizagem das ditas “artes mecânicas”. Ou seja, a necessidade de combater o “atraso” corporativo e de implantar medidas em favor do “progresso” do trabalho e dos ofícios permaneceram somente no campo das ideias. Na falta de efetivas ações governamentais que executassem o que exigia a lei maior brasileira, um grupo de mestres carpinas, todos pretos e pardos, mas livres, soube compreender as conjunturas recifenses, criar alternativas para reelaborar seu legado profissional, adaptá-los aos “novos tempos” e tentar ocupar o vácuo instrucional que estava sendo deixado pelo Estado.

Matriculados na Irmandade de São José do Ribamar e contando com idade avançada, os referidos peritos usufruíam de todas as mercês das extintas corporações de ofício. Desde finais do século XVIII, a confraria devotada ao Santo Carpinteiro havia sido embandeirada e congregava pedreiros, carpinteiros, marceneiros e tanoeiros. À época, o Compromisso da entidade religiosa determinava que os mestres destes quatro ofícios deveriam se revezar nos postos de comando da Mesa Regedora. O cargo mais importante era o de Juiz. Além da prerrogativa de controlar a vida administrativa do grupo, seu ocupante também expedia cartas de examinação – documentos que

<sup>4</sup> Ana Maria Moura Lins, *A Burguesia sem Disfarce: a defesa da ignorância versus as lições do capital*, Campinas, Unicamp, 1992, tese de doutorado em Educação, pp. 142-146. Julia Wrigley, “The Division between Mental and Manual Labor: artisan education in science in nineteenth-century Britain”, *The American Journal of Sociology*, (1982), volume 88, supplement: Marxist Inquiries: Studies of Labor, Class and States.

<sup>5</sup> Izabel Andrade Marson, *O Império do Progresso: a Revolução Praieira em Pernambuco (1842-1855)*, São Paulo, Editora Brasiliense, 1987, pp. 279-280.

habilitavam os oficiais à mestrança e tinham a chancela da municipalidade. Para receber o diploma e exercer as profissões supra, era preciso fazer parte da confraria<sup>6</sup>. Por mais que a Constituição de 1824 tenha desmontado o aparato legal que privilegiava as corporações de ofício, todos os seus costumes e práticas culturais ainda estavam vivos nos corações e mentes daqueles mestres carpinas filiados à Irmandade de São José do Ribamar. Eles valorizavam o trabalho com inteligência, a perícia, o respeito às hierarquias, a distinção social e usavam a confraria religiosa como espaço de coesão de classe.

A primeira medida para se adaptar às mais recentes conjunturas e reinventar antigos privilégios foi reformar o Compromisso que vigia, processo que foi finalizado no ano de 1838, quando um novo regulamento foi aprovado pelas autoridades governamentais e eclesiásticas<sup>7</sup>. Os artífices fizeram a mudança para minimizar algumas perdas sociais alavancadas pela Constituição de 1824. Como os confrades de São José do Ribamar mesmo frisaram, a reforma era um esforço para que sua entidade religiosa ficasse “em harmonia com a legislação moderna do Império”<sup>8</sup>. Apesar disto, para que algum irmão fosse eleito Juiz da Mesa Regedora, o candidato ainda deveria ser perito em quaisquer das quatro artes mecânicas representadas na confraria. Ou seja, exigia-se que o postulante ao juizado fosse mestre reconhecidamente examinado<sup>9</sup>. Apesar do fim das corporações de ofício, observamos que a função mantinha a mesma aura que desfrutava antes de 1824<sup>10</sup>.

No Compromisso de 1838, outra questão muito interessante surge quando o assunto é a necessidade da mestrança para que o artífice pleiteasse o cargo de Juiz ou os demais que compunham o primeiro escalão de poder da Irmandade de São José do Ribamar. Incluo neste rol os lugares de Escrivão, Tesoureiro e Procurador Geral. Até o

<sup>6</sup> Flávio Guerra, *Velhas Igrejas e Subúrbios Históricos*, 2ª edição revista e ampliada, Recife, Fundação Guararapes, 1970, p. 79. José Antônio Gonsalves de Mello (coordenador), *Inventário da Igreja de São José do Ribamar*, Recife, IPHAN, 1975, datilografado. Francisco Augusto Pereira da Costa, *Anais Pernambucanos: 1740-1794*, volume VI, Recife, Governo de Pernambuco/FUNDARPE/Diretoria de Assuntos Culturais, 1985. Fernando Ponce de León, *A Igreja da Irmandade do Patriarca São José*, Recife, IPHAN, 2004, mimeo (Projeto Patrimônio).

<sup>7</sup> Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano (IAHGP), Recife, Setor de Documentos Manuscritos, Estante A, Gaveta 15, “Compromisso ou Regulamento da Irmandade do Patriarca o Senhor S. Jozé de Riba Mar, anno 1838”.

<sup>8</sup> Idem, fl. 1.

<sup>9</sup> Idem, fl. 3v.

<sup>10</sup> Comparativamente com o Recife, a Corte conheceu situação semelhante. Apesar do término oficial das corporações de ofício, as práticas pedagógico-profissionais continuaram nas mãos dos mestres da capital. Mônica de Souza N. Martins, op. cit., pp. 145, 149 e 150.

fim das corporações de ofício, alguns bons oficiais que eram confrades não tiveram a oportunidade de serem examinados por seus superiores. Outros deixaram de ser avaliados porque ainda se encontravam relativamente despreparados para as provas de perícia. Segundo o Compromisso de 1838, o exame sempre exigiu dos postulantes “o maior aperfeiçoamento possível”<sup>11</sup>. Porém, mais de dez anos haviam se passado entre a outorga da Constituição de 1824 e a aprovação da nova lei confraternal. Neste lapso de tempo, o que aconteceu com os oficiais que se tornaram “mestres de fato”?

Por mais que os privilégios corporativos não existissem na década de 1830, a Irmandade de São José do Ribamar criou estratégias bastante engenhosas para reconhecer os confrades que eram mestres sem diploma. Para que eles conseguissem formalmente o título, inicialmente teriam que ser eleitos ou nomeados mesários da confraria. Ao Juiz, Escrivão, Tesoureiro e Procurador Geral da Mesa Regedora cabia conceder, conjuntamente, o “título de aprovação e exame a todos os mestres dos quatro ofícios que não sendo examinados servirão nesta Irmandade”<sup>12</sup>. A diplomação, nestes casos, ganhou contornos extraordinários. Exigia-se somente o notório saber do perito. Não havia prova. A hierarquia parece ter servido de fundamento para estas determinações. Seria bastante delicado um mestre de ofício avaliar outro artista mecânico com mesmo nível técnico. Submeter um reconhecido perito, mestre de fato, ao processo de exame, parecia ser algo despropositado e pouco respeitoso para as tradições corporativas.

O diploma de mestre, contudo, não seria dado automaticamente a estes homens de notório saber. A eleição ou nomeação para a Mesa Regedora da Irmandade de São José do Ribamar era apenas o primeiro passo. Para conseguir o título de aprovação e exame, o mestre sem diploma tinha que cumprir uma longa lista de exigências. Segundo o Compromisso de 1838, o artífice que estivesse naquela situação teria que redigir um requerimento à Irmandade, comprovando efetivamente ser mestre de fato “e que como tal [era] geralmente reconhecido” na cidade<sup>13</sup>. Esta publicidade iria além da simples confirmação oral ou escrita. Ela seria fundamentada através de “obras que [o postulante]

<sup>11</sup> Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano (IAHGP), Recife, Setor de Documentos Manuscritos, Estante A, Gaveta 15, “Compromisso ou Regulamento da Irmandade do Patriarcha o Senhor S. Jozé de Riba Mar, anno 1838”, fl. 9v.

<sup>12</sup> Idem, fls. 9-9v.

<sup>13</sup> Idem, fl. 9v.

tenha feito de seu plano”<sup>14</sup>. Além disto, o mestre sem diploma deveria possuir tenda aberta e ter servido em quaisquer funções da confraria.

Dois destes pré-requisitos merecem análise. Em primeiro lugar, fazer “obras de seu plano” significava ter usado a inteligência e a razão na arte mecânica. Desde o século XVIII, a “arte de projetar estruturas”, entendida como “plano” ou desenho, ficou dissociada das rotinas profissionais dos mestres de ofício ligados às edificações. Tal atividade era qualificação dos arquitetos civis e militares porque eles aprendiam geometria prática, aritmética e desenho<sup>15</sup>. Ao fazerem “obras de seu plano”, os mestres da Irmandade de São José do Ribamar brigavam contra essa separação. O trabalho mecânico com inteligência era o fundamento de seu orgulho e altivez, trunfos contra o “defeito mecânico”<sup>16</sup>. O outro pré-requisito era a tenda aberta. Isso significava que o postulante deveria ser patrão, dono de seu próprio negócio<sup>17</sup>. Portanto, ele tinha experiência profissional, recursos para manter uma oficina funcionando, reconhecimento da Câmara e gente trabalhando sob suas ordens. A valorização do negócio, frente ao ócio, também ratifica que eles entendiam seu trabalho como forma positiva de identificação social.

Outras determinações do Compromisso de 1838 se fundamentavam nas antigas prerrogativas corporativas. Por mais que os mestres da Irmandade tivessem perdido o monopólio de seus mercados e ofícios, os confrades que fossem artistas de menor titulação continuavam sob constante vigilância. O documento confraternal afirma que nenhum oficial poderia tomar “obras de seu plano”, pois a falta de perícia e conhecimento destes profissionais menos qualificados poderia ocasionar obras mal

<sup>14</sup> Idem, ibidem.

<sup>15</sup> Beatriz Piccolotto Siqueira Bueno, *Desenho e Desenho: o Brasil dos engenheiros militares (1500-1822)*, São Paulo, USP, 2001, tese de doutorado em Arquitetura e Urbanismo, p. 32.

<sup>16</sup> O “defeito mecânico” foi um importante elemento que ajudou a construir a “inferioridade social” do artesão. Entendamos rápida e panoramicamente sua genealogia. Ao hierarquizar e classificar as especializações, Aristóteles distinguiu as artes mecânicas como “menores” porque mercenárias. Nesta perspectiva, elas somente objetivavam a especulação financeira e a desonestidade. Estas seriam a “essência” do “defeito mecânico” na Antiguidade. Na Idade Média, o “defeito mecânico” se associou ao “tabu da impureza” cristão. Os trabalhos que exigiam esforços físicos foram entendidos como herança do “pecado original”. RIOS, Wilson de Oliveira. *A Lei e o Estilo: a inserção dos ofícios mecânicos na sociedade colonial brasileira (Salvador e Vila Rica, 1690-1750)*. Tese de Doutorado em História. Niterói: UFF, 2000. pp.: 15-19.

<sup>17</sup> José Luiz Mota Menezes, “A presença de negros e pardos na arte pernambucana”, *Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano*, (2005), número 61, p. 307.

acabadas. Como consequência, a imagem da Irmandade poderia ser denegrida<sup>18</sup>. O oficial, por isto, não poderia ter tenda aberta. Caso mantivesse uma, pagaria multa de 16\$000rs. Contudo, ao profissional de menor perícia era aberta a possibilidade de ascensão em seu ofício. Caso se aperfeiçoasse com o passar do tempo, o oficial poderia pedir progressão à mestrança.

O candidato que pretendesse ser examinado era interrogado por três mestres de seu ofício, nomeados pela Mesa Regedora. Além deles, mais um dos quatro principais mesários da Irmandade comporia a banca, presidindo-a. Caso fosse aprovado por dois dos examinadores, o postulante ao título seria chancelado “simplesmente”. Com o aval dos quatro, “plenamente”. Depois o examinando receberia uma cópia do termo de aprovação à mestrança. Ele serviria “de título de indivíduo examinado”<sup>19</sup>. Assim, por mais que as corporações de ofício tivessem sido extintas, os confrades mantinham as rotinas costumeiras na Irmandade de São José do Ribamar. Ao expedirem cartas de exame com rigor e circunstância, os irmãos diziam aos recifenses que ainda eram homens habilitados para competir no e pelo mercado de trabalho. Isto porque a tradição do exame atestava a qualidade de sua mão-de-obra e o respeito aos minuciosos critérios da aprendizagem sob regras corporativas.

Concorrentemente às experiências e estratégias que envolveram o grupo de mestres carpinas na feitura do Compromisso de 1838, tais sujeitos também procuraram reconstruir seus velhos privilégios relendo alguns valores caros às elites letradas e proprietárias. Neste sentido, em 1841, depois de se aliarem com alguns mestres pedreiros que também eram confrades de pele escura, eles fundaram um grupo mais laico: a “Sociedade das Artes Mecânicas”, que se instalou no Consistório Leste da Igreja de São José do Ribamar. Preocupados com o “progresso” e com a “civilização” do trabalhador nacional, os fundadores estabeleceram dois objetivos centrais para o grupo. O primeiro deles foi o “aperfeiçoamento” mais amplo de seus associados. Para tanto, o grupo inicialmente implementou duas aulas noturnas, de caráter “teórico”. O outro objetivo foi incrementar as práticas de auxílio-mútuo, por meio da concessão de pecúlios e da

<sup>18</sup> Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano (IAHGP), Recife, Setor de Documentos Manuscritos, Estante A, Gaveta 15, “Compromisso ou Regulamento da Irmandade do Patriarcha o Senhor S. Jozé de Riba Mar, anno 1838”, fl. 12.

<sup>19</sup> Idem, fls. 10-10v.



captação de serviços<sup>20</sup>. Como os governos central e pernambucano mantiveram certo desinteresse em criar escolas de artes e ofícios, os sócios acreditavam que sua iniciativa pioneira poderia angariar simpatias e proteção. Se no passado os mestres haviam dominado o ensino da “prática”, agora eles poderiam reinventar o monopólio de seus ofícios através de aulas “teóricas”.

O discurso de morigeração, esforço intelectual, mérito e defesa das chamadas “artes úteis” realmente sensibilizou os políticos locais. Em 1844, o governo conservador do Barão da Boa Vista concedeu uma ajuda financeira anual em favor da nova agremiação<sup>21</sup>. Ela foi justificada pela falta de estabelecimentos escolares, por seu baixo custo aos cofres públicos e pelo bom exemplo que a Sociedade poderia suscitar. Mais uma vez, é possível afirmar que os mestres de obras que fundaram a mutualista leram as conjunturas (em especial, as pernambucanas) com perspicácia. Na primeira metade da década de 1840, praieiros e guabirus lutavam ferrenhamente pela conquista dos votos primários da *arraia miúda* recifense. Nesse grupo subalterno, encontramos a “classe artística” da capital da Província. A “Sociedade das Artes Mecânicas” percebeu que, ao “fazer-se” representante daqueles que executavam ofícios artesanais, teria ressonância junto às elites letradas e proprietárias. Ou seja, ao conseguir se impor como porta-voz da “classe artística”, a entidade ganhou maior visibilidade social e poder de barganha, obtendo assim sua primeira vantagem pecuniária.

Na década de 1850, por sua vez, os olhares sobre a mão-de-obra livre e pobre começavam a se diferenciar daqueles registrados em décadas anteriores. Depois do fim do tráfico atlântico, em 1850, e da Exposição Universal de Londres, em 1851, o Gabinete da Conciliação buscou implementar no país “melhoramentos materiais, intelectuais [e] morais”<sup>22</sup>. No Recife, a associação era uma das poucas referências para os legisladores

<sup>20</sup> A partir de inícios dos Oitocentos, é possível observar um fenômeno muito comum: a abertura de sociedades de auxílio-mútuo (ou de socorro mútuo ou mutuais). Entre outros objetivos, elas eram “formadas voluntariamente com o objetivo de promover auxílio financeiro a seus membros em caso de necessidade”. Marcel van der Linden (editor), *Social Security Mutualism: the comparative history of mutual benefit societies*, Bern, Lang, 1996, pp. 13-14.

<sup>21</sup> Biblioteca Pública de Pernambuco (BPPE), Recife, Setor de Obras Raras, Caixa C2, Francisco Augusto Pereira da Costa, *Homenagem à Benemérita Sociedade dos Artistas Mechanicos e Liberaes de Pernambuco, mantenedora do Lyceu de Artes e Officios, no dia da celebração do 50º aniversário da sua instalação pelo director da mesma sociedade*, Recife, Typographia d’A Província, 1891, pp. 8-9.

<sup>22</sup> Francisco Iglésias, “Vida Política, 1848-1866”, In: Sérgio Buarque de Holanda (diretor), *História Geral da Civilização Brasileira: o Brasil Monárquico*, tomo 2, volume 5, 8ª edição, São Paulo, Editora Bertrand Brasil, 2004, p. 56. A Exposição Universal de Londres, realizada em 1851, foi a primeira do gênero. Segundo Lilia Schwartz, as exposições universais foram “festas da modernidade”. Elas tinham o papel

pernambucanos pensarem em políticas de “modernização industrial” e controle da mão-de-obra livre e pobre. Neste sentido, em 1857, o Diretor Geral da Instrução Pública propôs mudanças no projeto provincial de ensino das artes e ofícios. Em relatório ao Presidente da Província, Joaquim Pires Machado Portella demonstrou insatisfação com o papel secundário da associação nas demandas públicas. Se as nações mais “modernas” do mundo têm “procurado desenvolver e enobrecer a indústria artística”, por que a Província não vinha se esforçando “por fazer aperfeiçoar as artes mecânicas favorecendo e animando a Associação dos Artistas?”<sup>23</sup>. Em nome do “progresso”, Joaquim Pires dizia ser “preciso não deixar esmorecer, e talvez morrer, essa associação”<sup>24</sup>. Para fortalecê-la, sugeriu que fosse a fundadora e mantenedora da Escola Industrial, que era uma entidade instrucional prevista pela Lei 222 de 16 de agosto de 1848<sup>25</sup>.

Vale destacar que a proteção oferecida à Sociedade pelo Diretor Geral da Instrução Pública era fruto de políticas verticais muito bem tecidas pelos sócios. Ao completar dez anos de existência em 21 de outubro de 1851, a associação promoveu algumas reformas institucionais para facilitar sua interação com outros grupos sociais. Entre elas, mudou de nome e reformou seu primeiro Estatuto. Rebatizada como “Sociedade das Artes Mecânicas e Liberais”, manteve seus objetivos originais, mas introduziu duas novidades à sua constituição. A primeira delas tornou *direito* uma relação *de fato*. Ou seja, as matrículas agora estavam oficialmente abertas para todos os artistas mecânicos que pudessem preencher suas exigências. No primeiro Estatuto, a letra fria do documento afirmava que somente mestres carpinas e pedreiros poderiam compor seus quadros. A outra novidade era que também poderiam se inscrever na associação aqueles que exercessem as artes liberais<sup>26</sup>. Ao assumir este novo perfil e denominação, a

---

simbólico de representar e promover o desenvolvimento econômico e a expansão do mercado em contextos imperialistas. Lília Moritz Schwartz, “Exposições Universais: festas do trabalho, festas do progresso”, In: *As Barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*, São Paulo, Companhia das Letras, 1998.

<sup>23</sup> Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ), Recife, Setor de Microfilmes, *Relatório que ao Ilmo e Exm Sr Conselheiro Presidente da Província Sergio Teixeira de Macedo apresentou o Director Geral da Instrução Pública Joaquim Pires Machado Portella*, Pernambuco, Typographia de M. F. de Faria, 1857, p. 45.

<sup>24</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>25</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>26</sup> “Imperial Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais – Discurso proferido pelo Exmo. Sr. Dr. Manuel do Nascimento Machado Portella, na sessão solene aniversária, em 21 de novembro de 1880”, *Diário de Pernambuco*, 27/11/1880, In: José Antônio Gonsalves de Mello (organizador), *Diário de Pernambuco e a História Social do Nordeste (1840-1889)*, volume I, Recife, Diário de Pernambuco, 1975, pp. 329-336. “Resumo Histórico da Sociedade dos Artistas Mechanicos e Liberaes”, *Revista do Lyceu de Artes e Officios*, Pernambuco, /s.e./, 1928, pp. 5-8. Biblioteca Pública de Pernambuco (BPPE), Recife, Setor de



Sociedade expunha dois desejos. O primeiro, de ampliar seu campo de influência no Recife. O outro, de confirmar os talentos e virtudes de seus sócios através da convivência com indivíduos melhor qualificados da vida pernambucana.

Para concretizar parte deste projeto, os sócios organizaram diversas solenidades com objetivo de aproximar a entidade artística de alguns representantes das elites letradas e proprietárias. Vejamos alguns exemplos. No ato de seu décimo aniversário, a entidade artística contou com a presença do Presidente da Província na assistência de seus exames de “Arquitetura” e “Geometria Prática”<sup>27</sup>. Ao final das provas, os sócios que foram aprovados receberam “um prêmio [...] por mão” do representante maior do Poder Executivo pernambucano<sup>28</sup>. Em outubro de 1852, a construção de redes de favores se tornou uma política institucional mais clara. Em reunião extraordinária do Conselho Deliberativo, os sócios discutiram a conveniência de “oferecer alguns Diplomas a certas e determinadas pessoas”<sup>29</sup>. Segundo as atas daquela sessão, com o exercício desta prática poderia “a Sociedade ganhar mais terreno, e ser-lhe mais favorável conseguir algumas de suas pretensões”<sup>30</sup>. Entre elas, como sabemos, maior pontualidade do governo no pagamento de suas subvenções, melhor acesso à instrução e, claro, mais espaço no mercado de edificações.

Depois disto, logo em 1853, não é coincidência haver mais representantes da “boa sociedade” nos exames “técnicos” da associação. Nas bancas que foram organizadas pelos sócios, também em 21 de outubro, foram avaliadores externos duas importantes personalidades da vida pública pernambucana. Eram eles o Doutor José Mamede Alves Ferreira e Januário Alexandrino Rabello Caneca. O primeiro foi Diretor da Repartição das Obras Públicas entre os anos de 1850 e 1856<sup>31</sup>. É importante frisar que o engenheiro José Mamede foi o sucessor do também engenheiro Vauthier no respectivo cargo. O

---

Obras Raras, Caixa C2, Francisco Augusto Pereira da Costa, *Homenagem à Benemérita Sociedade dos Artistas Mechanicos e Liberaes de Pernambuco*, pp. 249-253.

<sup>27</sup> Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro para Termo de Exames no Liceu de Artes e Ofícios, fl. 1.

<sup>28</sup> Idem, ibidem.

<sup>29</sup> Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro de Atas do Conselho Administrativo da Sociedade das Artes Mecânicas e Liberais, 1852-1853, fl. 18.

<sup>30</sup> Idem, ibidem.

<sup>31</sup> A Repartição de Obras Públicas foi criada em 1835, dialogando com o processo que instaurava os “melhoramentos materiais” de Pernambuco. Cleonir Xavier de Albuquerque e Costa & Vera Lúcia Costa Acioli, *José Mamede Alves Ferreira: sua vida, sua obra – 1820-1865*, Recife, APEJE/Secretaria de Turismo, Cultura e Esportes/Governo do Estado de Pernambuco, 1985.

outro avaliador era Diretor Interino do Liceu Provincial em 1850<sup>32</sup>. Junto do Colégio das Artes Preparatórias do Curso Jurídico de Olinda, aquele foi o mais importante estabelecimento público de ensino secundário de Pernambuco<sup>33</sup>. Presente ao ato também esteve o Presidente da Província José Bento da Cunha Figueiredo<sup>34</sup>. A presença destes homens na sede da Sociedade corrobora a luta dos sócios pela conquista de mais “terreno” para conquistarem suas “pretensões”.

Feito o destaque, retomemos o relatório do Diretor Geral da Instrução Pública. Para sabermos até que ponto seu intento foi eficiente, é necessário consultar mais atentamente os orçamentos provinciais. Desde o ano em que a Lei de número 222 foi aprovada até o exercício de 1852, o erário realmente previra o empenho anual de 2:000\$000rs para a manutenção das atividades letivas da Escola Industrial<sup>35</sup>. Como os políticos pernambucanos deixaram de priorizar sua organização, o estabelecimento de ensino ficou sem verbas nas despesas orçamentárias dos anos seguintes. Não por acaso, em 1857 esta verba retornou mais uma vez às previsões de gastos da Província. Neste ano, porém, seriam destinados 6:000\$000rs para que os cursos artesanais se efetivassem e prestassem bons serviços artísticos aos provincianos. Contudo, a partir deste ano financeiro, as subvenções da Escola Industrial perderam sua autonomia na planilha de gastos públicos. O estabelecimento passou a estar subordinado à rubrica da “Associação Artística”. Junto deste empenho, a Sociedade também continuaria recebendo seu antigo auxílio. Em 1857, seu valor estava definido em 1:500\$000rs<sup>36</sup>.

<sup>32</sup> Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), Recife, Setor de Documentos Manuscritos, Série Instrução Pública, Códice IP-7, fls. 45 e 49. O Liceu Provincial deixou de existir em 1855, sendo substituído pelo Ginásio Provincial de Pernambuco. Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ), Recife, Setor de Microfilmes, *Relatório que a Assembleia Legislativa Provincial de Pernambuco apresentou no dia da abertura da sessão ordinária de 1855*, Recife, Typographia de Manoel Figueiroa de Faria, 1855.

<sup>33</sup> Criado em 1832, o Colégio das Artes Preparatórias do Curso Jurídico foi produto do fim do Seminário de Olinda. Adriana Maria Paulo da Silva, op. cit., p. 228. Em 1855, o Colégio das Artes já havia sido transferido para o Recife. Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ), Recife, Setor de Microfilmes, *Relatório que a Assembleia Legislativa Provincial de Pernambuco apresentou no dia da abertura da sessão ordinária de 1855*, Recife, Typographia de Manoel Figueiroa de Faria, 1855.

<sup>34</sup> Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro para Termo de Exames no Liceu de Artes e Ofícios, fl. 2.

<sup>35</sup> Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), Recife, Setor de Documentos Impressos, *Collecção de Leis, Decretos e Resoluções da Província de Pernambuco, Tomo XV, anno de 1850*, Pernambuco, Typographia de M. F. de Faria, 1850, p. 14 e *Leis, Decretos e Resoluções da Província de Pernambuco, Tomo XVI, anno de 1851*, Pernambuco, Typographia de M. F. de Faria, 1851, p. 18.

<sup>36</sup> Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), Recife, Setor de Documentos Impressos, *Collecção de Leis, Decretos e Resoluções da Província de Pernambuco, Tomo XX, anno de 1857*, Pernambuco, Typographia de M. F. de Faria, 1857, p. 49.

Apesar do empenho de Joaquim Pires Machado Portella e das esperanças político-institucionais dos artífices associados, o projeto da Escola Industrial continuou somente no papel. Independente disto, nos anos de 1860, a associação paulatinamente consolidava seu prestígio público, o que permitiu que seus artífices conquistassem mais poder de barganha junto às elites letradas e proprietárias. Prova disto, por exemplo, foram os dribles que os trabalhadores especializados deram na legislação imperial. Em especial, destaco a Lei de número 1.083 (de 22 de agosto de 1860) e o Decreto de número 2.711 (de 19 de dezembro de 1860), que regulamentava aquela lei. Estas regras preconizavam uma forte vigilância sobre a livre iniciativa nas vidas financeira, econômica e associativa do país<sup>37</sup>. Especificamente sobre este último aspecto, determinou-se que as chamadas “sociedades” (recreativas, religiosas, profissionais, artísticas, beneficentes etc.) teriam que obedecer a uma série de requisitos legais. Entre eles, fazer a opção exclusiva pela prestação de socorros mútuos, caso quisesse manter a oferta de auxílios financeiros aos seus filiados. Somente assim essas entidades garantiriam sua existência oficial e, conseqüentemente, seu funcionamento cotidiano<sup>38</sup>.

Tradicionalmente, a entidade artística recifense era reconhecida pela prestação de auxílios financeiros e pelas aulas noturnas. Na medida em que a “Sociedade das Artes Mecânicas e Liberais” era obrigada a obedecer aos regulamentos imperiais, os sócios foram pressionados a fazer uma escolha jurídica. Legalmente, foi feita a opção pelos auxílios financeiros, o que exigiu que o grupo mudasse novamente de nome e reformasse seu Estatuto de 1851. No início da década de 1860, o grupo foi rebatizado como “Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais”. A nomenclatura anterior vincularia a entidade ao progresso das artes e ofícios. Contudo, existiu uma manobra que permitiu que os sócios experimentassem certa “duplicidade jurídica”. Paralelamente à obediência aos regulamentos imperiais, a então “Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais” também conquistou foro de escola particular reconhecida pela Instrução Pública pernambucana. Por causa disto, os artífices tiveram que adaptar parte de suas atividades cotidianas segundo as exigências prescritas pela Lei Provincial de número 369, aprovada

<sup>37</sup> Francisco Iglésias, op. cit., p. 99. Ronaldo Pereira de Jesus, “História e historiografia do fenômeno associativo no Brasil Monárquico (1860-1887)”, In: Carla M. de Carvalho & Mônica Ribeiro de Oliveira (org.), *Nomes e Números: alternativas metodológicas para a história econômica e social*, Minas Gerais, Editora da UFJF, 2006, pp. 285-304. Paula Christina Bin Nomelini, *Sociedade Humanitária Operária: o mutualismo no estudo da classe operária*, Campinas, IFCH/UNICAMP, 2004, p. 96.

<sup>38</sup> Ronaldo Pereira de Jesus, op. cit.

em 14 de maio de 1855 (que dava nova organização à Instrução Pública de Pernambuco). De forma precisa, a associação deveria guiar suas atividades docentes segundo alguns artigos do Título 4, Capítulo Único, intitulado “Do ensino particular primário e secundário”<sup>39</sup>.

O primeiro artigo que a “Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais” precisou obedecer foi o de número 80, que afirmava que o funcionamento de toda escola particular dependia do aval do Diretor Geral da Instrução Pública<sup>40</sup>. Não foram encontradas as fontes governamentais que legitimaram a institucionalização escolar da associação, mas é provável que a chancela tenha sido facilmente conseguida pelos sócios. Sabemos que o bacharel Joaquim Pires Machado Portella ocupou aquele importante cargo executivo nos anos de 1850. Por sua vez, percebemos que os Artigos 83, 84 e 86 efetivamente regularam o cotidiano do grupo de artífices. Os dois primeiros determinavam que fossem criados os programas de estudos e os regimentos internos das instituições particulares<sup>41</sup>. Em 1863, a entidade artística recifense cumpriu com o que foi pedido, pois já contava com seu próprio Regulamento das Aulas<sup>42</sup>. Finalmente, o último artigo mandava que fossem enviados relatórios trimestrais àquele órgão público<sup>43</sup>. Nas atas do Conselho Administrativo, logo no segundo semestre de 1862, pode-se verificar que o documento foi devidamente providenciado pelos sócios<sup>44</sup>.

No bojo do processo de adequação à Lei Provincial de número 369, a “Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais” também precisou criar sua diretoria pedagógica. Esta foi uma outra exigência contida no Artigo 83<sup>45</sup>. Segundo as atas do Conselho Administrativo da entidade artística, cabia ao corpo social escolher o Diretor das Aulas,

<sup>39</sup> Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), Recife, Setor de Documentos Impressos, *Collecção de Leis, Decretos e Resoluções da Província de Pernambuco, Tomo XVIII, anno de 1855*, Pernambuco, Typographia de M. F. de Faria, 1855, pp. 45-46.

<sup>40</sup> Idem, p. 45.

<sup>41</sup> Idem, p. 46.

<sup>42</sup> Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro de Atas do Conselho Administrativo da Sociedade das Artes Mecânicas e Liberais, 1860-1864, fl. 221.

<sup>43</sup> Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), Recife, Setor de Documentos Impressos, *Collecção de Leis, Decretos e Resoluções da Província de Pernambuco, Tomo XVIII, anno de 1855*, p. 46.

<sup>44</sup> Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro de Atas do Conselho Administrativo da Sociedade das Artes Mecânicas e Liberais, 1855-1863, fl. 58.

<sup>45</sup> Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), Recife, Setor de Documentos Impressos, *Collecção de Leis, Decretos e Resoluções da Província de Pernambuco, Tomo XVIII, anno de 1855*, p. 46.

mas o candidato não deveria exercer cargos docentes na Sociedade<sup>46</sup>. Além disto, também era preciso que tal indivíduo tivesse conduta “moralizada”<sup>47</sup>. Por sua vez, depois de eleito, o novo gestor nomearia o Secretário e o Censor das Aulas. Entretanto, os indivíduos que se investissem dos respectivos cargos precisavam do aval do Diretor da Sociedade<sup>48</sup>. Nos dois primeiros anos de funcionamento da Diretoria das Aulas, período em que a instância pedagógica ainda ganhava melhores contornos e experiência organizacional, a maior autoridade da Mesa Diretora sempre foi ouvida previamente sobre “todos os papéis ou negócios das aulas”<sup>49</sup>. Contudo, a partir da eleição ocorrida em fevereiro de 1864, o órgão ganhou mais solidez institucional e, por conseguinte, maior autonomia para administrar as rotinas escolares.

Podemos entender a viabilização da “duplicidade jurídica” quando observamos o conjunto de artigos e parágrafos do Estatuto de 1862, que reorganizou a rebatizada “Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais”. Em especial, um deles nos permite perceber que o grupo de artífices encontrou fortes aliados políticos para garantir a permanência das aulas e dos socorros. Com o objetivo de aumentar as redes sociais do grupo, a constituição dos trabalhadores especializados determinou que fossem criadas mais três novas categorias de sócios: Honorário, Benemérito e Correspondente<sup>50</sup>. Em fevereiro de 1863, localizamos cinco homens públicos pernambucanos matriculados naquela primeira categoria. Para ser Sócio Honorário, o indivíduo deveria possuir ao menos um de três atributos fundamentais: ser personalidade de reconhecido talento literário, ter indubitável prestígio social ou em algum momento de sua vida ter prestado relevantes serviços à associação<sup>51</sup>.

<sup>46</sup> Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro de Atas do Conselho Administrativo da Sociedade das Artes Mecânicas e Liberais, 1860-1864, fl. 243.

<sup>47</sup> Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), Recife, Setor de Documentos Impressos, *Collecção de Leis, Decretos e Resoluções da Província de Pernambuco, Tomo XVIII, anno de 1855*, pp. 45-46.

<sup>48</sup> Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro de Atas do Conselho Administrativo da Sociedade das Artes Mecânicas e Liberais, 1860-1864, fls. 246-247.

<sup>49</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>50</sup> Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano (IAHGP), Recife, Hemeroteca, “Apreciável”, *Jornal do Recife*, 15/7/1863.

<sup>51</sup> Gabinete Português de Leitura (GPL), Recife, Biblioteca/Obras Raras, *Estatutos da Imperial Sociedade dos Artistas Mechanicos e Liberaes de Pernambuco instituida em 1836 e inaugurada nesta cidade do Recife aos 21 de novembro de 1851*, Pernambuco, Typographia de Manoel Figueiroa de Faria & Filhos, 1882, p. 9.

O primeiro Sócio Honorário agraciado com o título foi Joaquim Pires Machado Portella. Ao ser aceito como membro honorário da entidade artística, contava com 33 anos, foi referido como Doutor, residia na Rua Nova e ocupava a Direção Geral da Instrução Pública<sup>52</sup>. No mesmo período em que assentou como associado, o político conservador acumulou muito poder. Em 1862, podemos encontrá-lo na presidência do Conselho Diretor da Instrução Pública, na 2ª Vice-Presidência da Província e em uma das cadeiras da Assembléia Provincial de Pernambuco<sup>53</sup>. Segundo o *Diário de Pernambuco* de 3 de fevereiro de 1865, as atividades advocatícias de Joaquim Pires Machado Portella concentravam-se em escritório próprio, localizado Rua do Imperador, número 83, primeiro andar<sup>54</sup>. Recordemos que o mais novo e prestigiado membro da “Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais” nutria simpatias pelo grupo de artífices desde a década de 1850. Sabemos que sua influência política foi decisiva para a valorização da entidade artística. O caso da Escola Industrial confirma essa afirmação.

Outro Sócio Honorário digno de nota é Manoel do Nascimento Machado Portella<sup>55</sup>. Um pouco mais novo que seu irmão Joaquim Pires, foi co-proprietário do mesmo escritório de advocacia da Rua do Imperador. O caçula também foi Lente Substituto da Faculdade de Direito do Recife em 1857 e 1861<sup>56</sup>. Conservador, sua atuação política é perceptível na Assembléia Legislativa de Pernambuco. Nos anos de

<sup>52</sup> Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro de Atas do Conselho Administrativo da Sociedade das Artes Mecânicas e Liberais, 1855-1863, fls. 77-77v.

<sup>53</sup> Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), Recife, Setor de Folhetos Raros, *Folhinha de Almanak ou Diário Ecclesiastico e Civil para as Províncias de Pernambuco, Parahiba, Rio Grande do Norte, Ceará e Alagoas para o anno de 1862*, Pernambuco, Typographia de M. F. de Faria, 1861, pp. 4, 6 e 120.

<sup>54</sup> Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Recife, Laboratório de Pesquisa e Ensino da História, Setor de Microfilmes, *Diário de Pernambuco*, 3/2/1865.

<sup>55</sup> Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro de Atas do Conselho Administrativo da Sociedade das Artes Mecânicas e Liberais, 1855-1863, fls. 75v-76v.

<sup>56</sup> Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Recife, Laboratório de Pesquisa e Ensino da História, Setor de Microfilmes, *Diário de Pernambuco*, 3/2/1865. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), Recife, Setor de Documentos Manuscritos, Coleção Machado Portella, Col. M. P. 1-3. *Inventário [da] Coleção Machado Portella (Manoel do Nascimento Machado Portella)*, Recife, Governo do Estado de Pernambuco/Arquivo Público Estadual, 1982, p. 7. Segundo Izabel Marson, a freguesia de São José era o reduto político do “Dr. Machado Portella”. Neste sentido, podemos concluir que era conveniente para o bacharel uma aproximação com a Sociedade. Além de o grupo de artífices estar naquela localidade, muitos sócios residiam nas imediações da Igreja de São José do Ribamar. Izabel Andrade Marson, *O Império da “conciliação”: política e método em Joaquim Nabuco – a tessitura da revolução e da escravidão*, Campinas, Unicamp, 1999, tese de concurso de livre docência em História, p. 329.



1859 e 1861, por exemplo, além de Deputado, foi Primeiro Secretário da Casa<sup>57</sup>. O terceiro beneficiado com o título de honorário da Sociedade foi Antonio Rangel de Torres Bandeira<sup>58</sup>. Nas fontes da Instrução Pública referentes ao ano de 1863, o bacharel aparece como lente das Primeira e Segunda Cadeiras de História e Geografia do Ginásio Pernambucano<sup>59</sup>. Além disto, em 1862, foi Deputado Provincial e Conselheiro Substituto do Conselho Diretor da Instrução Pública<sup>60</sup>. Ou seja, Torres Bandeira foi companheiro de Joaquim Pires em ambos os espaços de poder. O penúltimo indivíduo que recebeu a mercê foi Francisco de Araújo Barros<sup>61</sup>. Na documentação da Irmandade de São José do Ribamar, há referências de que era Juiz Municipal e Provedor dos Resíduos e Capelas. Em 1862, o bacharel recebeu alguns irmãos em sua residência para ajustar as contas da confraria<sup>62</sup>.

Assim como o Diretor Geral da Instrução Pública, o quinto Sócio Honorário merece especial destaque. Ele foi referido pelas atas do Conselho Administrativo da associação como o Senhor Doutor Figuerôa Faria<sup>63</sup>. No *Dicionário Biográfico de Pernambucanos Célebres*, Pereira da Costa afirma Manoel Figuerôa de Faria comprou a tipografia do *Diário de Pernambuco* em 1830 – e, mesmo depois de sua morte, em 1866, seus filhos tocaram o empreendimento<sup>64</sup>. No Oitocentos, o referido jornal foi o mais importante da Província, sendo um tradicional veículo do Partido Conservador. Na década de 1840, por exemplo, o periódico foi um dos maiores porta-vozes dos “guabirus”

<sup>57</sup> Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco (ALEPE), Recife, Divisão de Arquivo, Série Ofícios Recebidos, Caixa OR042, maço abril de 1859 e Caixa OR048, maço Secretaria de Governo de Pernambuco 1861.

<sup>58</sup> Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro de Atas do Conselho Administrativo da Sociedade das Artes Mecânicas e Liberais, 1855-1863, fls. 74v, 75 e 77v.

<sup>59</sup> Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), Recife, Setor de Documentos Manuscritos, Série Instrução Pública, Códice IP-15, fl. 184. O Ginásio Provincial de Pernambuco foi criado em 1855, substituindo o Liceu Provincial. Ambas as escolas se dedicaram à formação secundária.

<sup>60</sup> Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), Recife, Setor de Folhetos Raros, *Folhinha de Almanak ou Diário Ecclesiastico e Civil para as Províncias de Pernambuco, Parahiba, Rio Grande do Norte, Ceará e Alagoas para o anno de 1862*, pp. 7 e 121.

<sup>61</sup> Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro de Atas do Conselho Administrativo da Sociedade das Artes Mecânicas e Liberais, 1855-1863, fls. 74v, 75 e 77v.

<sup>62</sup> Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), Recife, Arquivo, Série Irmandade de São José do Ribamar, Livro de Receitas e Despesas, 1860-1907, fls. 12-13.

<sup>63</sup> Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro de Atas do Conselho Administrativo da Sociedade das Artes Mecânicas e Liberais, 1855-1863, fls. 75v-76v.

<sup>64</sup> Francisco Augusto Pereira da Costa, *Diccionario Biográfico de Pernambucanos Célebres*, Recife, Typographia Universal, 1882, pp. 668-670.

na luta ideológica contra os “praieiros” – que utilizavam o *Diário Novo* para expressar suas opiniões<sup>65</sup>. O editor também possuía representativa ligação com o ensino profissional. Em 1862, Manoel Figuerôa de Faria lecionava na Primeira Cadeira do Curso Comercial Pernambucano<sup>66</sup>. Por fim, além de membro da “Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais”, o bacharel também frequentou outras associações recifenses. Entre elas, o Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico de Pernambuco e a Associação Comercial Beneficente<sup>67</sup>.

Conhecidos os Sócios Honorários, podemos afirmar que pelo menos dois deles, Joaquim Pires Machado Portella e Francisco de Araújo Barros, prestaram serviços diretos e indiretos à associação antes de 1863. De qualquer forma, a maior parte dos agraciados possuía sólidos conhecimentos jurídicos para assessorar a Sociedade na renovação do Estatuto de 1851. Mais do que isto, todos tinham poder político para fazer com que o Estado também afrouxasse a execução da regulamentação imperial que regia as associações. Acredito que seja impossível entender todo o processo que envolveu a feitura e a chancela do Estatuto de 1862 sem considerar a ingerência dos representantes das elites letradas e proprietárias no processo. Podemos extrapolar a afirmação até mesmo para o pagamento das cotas anuais. O grupo de artífices esteve numa espécie de limbo jurídico entre os anos de 1860 e 1862, período em que ainda se adequava às leis que regulavam as associações. Neste período, era muito difícil encontrar justificativas legais para que o orçamento provincial continuasse contemplando a Sociedade. Independente disto, os empenhos da Instrução Pública mantiveram 1:000\$000rs consignados na rubrica da “Associação Artística”<sup>68</sup>.

Dialeticamente, contudo, é importante ressaltar que a projeção da “Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais” criou muitas tensões com a Irmandade de São José do Ribamar, que levaram a uma ruptura entre elas. Até meados da década de 1860, a

<sup>65</sup> Izabel Andrade Marson, *Movimento Praieiro: imprensa, ideologia e poder político*, São Paulo, Moderna, 1980.

<sup>66</sup> O curso foi criado pela Lei de número 414 de 30 de abril de 1857. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), Recife, Setor de Folhetos Raros, *Folhinha de Almanak ou Diário Ecclesiastico e Civil para as Províncias de Pernambuco, Parahiba, Rio Grande do Norte, Ceará e Alagoas para o anno de 1862*, p. 130.

<sup>67</sup> Francisco Augusto Pereira da Costa, *Diccionario*, pp. 668-670.

<sup>68</sup> Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), Recife, Setor de Documentos Impressos, *Collecção de Leis Provinciais de Pernambuco do anno de 1860*, Pernambuco, Typographia de M. F. de Faria, 1860, p. 35. *Collecção de Leis Provinciais de Pernambuco do anno de 1861*, Pernambuco, Typographia de M. F. de Faria, 1861, p. 24. *Collecção de Leis Provinciais de Pernambuco do anno de 1862*, Pernambuco, Typographia de M. F. de Faria, 1862, p. 28.

insistência da associação em ocupar mais espaços físicos e simbólicos no Templo devotado ao Santo Patriarca criou grandes atritos entre facções de irmãos, sócios e irmãos que eram sócios. Em 1866, expulsa da Igreja de São José do Ribamar por causa destes conflitos, a “Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais” passou por momentos institucionais bastante críticos. Desalojado e com seus pertences guardados em depósito público, o grupo de artífices teve sua existência ameaçada pelas contingências. Contudo, as redes de clientela da associação permitiram que os artífices se reorganizassem em um novo endereço, mesmo que as aulas noturnas tivessem sofrido fortes abalos. Foi neste período que diversos políticos e empreiteiros passaram a integrar seus quadros, como Sócios Honorários e Beneméritos.

A presença das elites letradas e proprietárias no Livro de Matrículas da Sociedade aumentou ainda mais em princípios da década de 1870. Não é coincidência o fato de a entidade artística ter conquistado, nesse período, o privilégio de fundar e administrar o Liceu de Artes e Ofícios do Recife, receber D. Pedro II como Sócio Benfeitor e ostentar o título de “Imperial”. A associação criada por mestres de obras de pele escura entrava definitivamente para o *establishment* pernambucano, pois assumiu a missão de participar das políticas nacionais de “instrução popular” - algo que passou a ser discutido com maior ênfase logo após do término da Guerra do Paraguai<sup>69</sup>. Ou seja, depois de décadas de lutas, os herdeiros dos costumes corporativos encontravam outra oportunidade para monopolizar o ensino das artes mecânicas, mesmo que em outras bases político-pedagógicas. O sonho era possível. Apesar do grande afluxo de indivíduos oriundos da parte “de cima” da pirâmide social, a Mesa Diretora da Sociedade e a Diretoria das Aulas do Liceu (assim como a maior parte de seu quadro docente) continuaram nas mãos dos artífices especializados que eram homens de cor. Em especial, daqueles que melhor capitalizaram as alianças verticais quer foram feitas com bacharéis, nobres e políticos provinciais.

<sup>69</sup> Alessandra Frota Martinez, *Educar e Instruir: a instrução popular na Corte Imperial – 1870 a 1889*, Niterói, UFF, 1997, dissertação de mestrado em História, pp. 8-11, 50 e 83. Na década de 1870, também “generalizou-se o conceito de que a alfabetização dos cidadãos era essencial para moralizar a vida política do país”. Sidney Chalhoub, *Machado de Assis: historiador*, São Paulo, Companhia das Letras, 2003, p. 282.

